

EM DEFESA DE UMA GRAMÁTICA OPERATÓRIA: RETROSPECTIVA LINGUÍSTICA

MARCOS LUIZ CUMPRI

Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa – UNESP

marcoscumpri@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho aborda duas questões linguísticas complementares: de um lado, um panorama histórico que mostra que não há isolamento teórico-metodológico que se sustente e que negue pontos de contato com outros pensamentos linguísticos. De outro, um texto que visa à articulação fundamental entre texto e gramática na constituição do que seria uma gramática operatória. Assim, tanto no comparativismo de Humboldt, no formalismo de Bloomfield, quanto no funcionalismo de Halliday há uma questão que transcende as zonas fronteiriças: como as línguas naturais significam aquilo que significam, seja pelo viés organizacional, seja pelo viés formal, seja pelo viés funcional.

Palavras-Chave: Texto. Gramática. Gramática Operatória. Linguagem.

Abstract

This paper discusses two complementary issues in linguistics: on one side, a historical overview that shows there is no theoretical-methodological isolation that sustains and denies points of contact with other linguistic thoughts. Otherwise, a text that aims the fundamental articulation between text and grammar in the constitution of what would be an operatory grammar. Thus, both comparativism of Humboldt, formalism of Bloomfield and functionalism of Halliday have an issue that transcends the boundaries: how natural languages mean what they mean, either by organizational obliquity, whether by formal obliquity, either by the functional one.

Keywords: Text. Grammar. Operatory Grammar. Language.

Introdução

Se parece inegável que não há autonomia teórica plena nos tratados linguísticos, a ideia de uma corrente que se encerre em si ou à parte das demais é insustentável. Uma primeira verdade é que o que sustenta uma partição bem marcada são os compêndios sobre o tema que, justificadamente, apelam para uma clareza didática para poder sustentar a linguística como uma ciência. Uma segunda é que essa mesma necessidade de fragmentação é

herdada de um posicionamento de ordem política que é o de colocar a linguística num domínio contíguo às outras ciências humanas para que ela pudesse (e possa) se afirmar como tal.

Por crermos que as etiquetas sufixadas em “ismos” trazem em seus núcleos sutilezas pouco visíveis se apenas se olhar às superfícies mais cristalizadas de cada área linguística, este trabalho visa a trazer alguns apontamentos que demonstrem que as imbricações e relações entre as correntes teóricas são da mesma ordem de importância que as oposições há muito difundidas e que essas imbricações têm como resultado a noção de uma gramática operatória em que a indeterminação da linguagem e a articulação entre texto e gramática assumem papéis indispensáveis.

Formalmente, o texto é composto por uma seção dedicada a uma revisão que tenta estabelecer um diálogo entre três momentos da linguística, uma destinada à defesa de uma gramática operatória, outra sobre alguns pontos de articulação entre funcionalismo e texto e uma conclusão.

1 Um pouco da história

Desde o primeiro registro histórico que se tem acerca da gramática, tal termo ainda preserva uma acepção heterogênea e negativa tanto para estudiosos quanto para a comunidade linguística em geral. Afinal, desde a concepção de gramática da época de Pānini até a que se propagou (e ainda se propaga), já no século XX, nas gramáticas de uso e da produção, há, no mínimo, três grandes vertentes que a linguística inflectiu e que não podem deixar de ser consideradas mesmo que, já finda a primeira década do século XXI, estejamos fazendo gramática mais como uma tentativa de compreender como a linguagem funciona. São elas: a da gramática comparada, a da formalista e a da funcional.

A gramática comparada, marcadora dos estudos linguísticos no século XIX e herdeira de pensamentos de nomes como W. Jones e W. Von Humboldt, deu grande impulso nos estudos sobre o conhecimento da linguagem e da formação das línguas a partir da descoberta de afinidades gramaticais não

ocasionais entre latim, grego e sânscrito. Tal partida é o que deu o primeiro salto mais alto nos estudos acerca de como as línguas naturais se organizam fonética, morfológica e semanticamente.

Nesse contexto, Humboldt foi o que mais contribuiu para uma visão filosófico-antropológica da linguística por radicalizar a relação intrínseca entre língua e cultura e por desenhar uma concepção dinâmica da estrutura da linguagem (que seria a própria atividade do espírito humano), a qual, junto às línguas, seria a atividade distintiva do homem. Em verdade, esse ponto de vista encapsula, talvez, a maior máxima de uma linguística do texto: a de que as línguas articulam representações semânticas. Tal visão, assim como a linguística da produção, extrapola a divisão reducionista entre sincronia e diacronia. Paveau & Sarfati (2006, p. 18) bem expõem um excerto do filósofo que corrobora o que acabamos de dizer e que reforça a importância da vertente comparatista da gramática para a linguística contemporânea:

“A língua compartilha a natureza de tudo o que é orgânico na medida em que cada elemento não existe senão em relação ao outro e sua soma apenas subsiste graças à energia única que satura o conjunto. [...] a frase mais simples se engaja, por mais que ela implique a forma gramatical, na unidade de todo o sistema.”

A gramática formalista¹, preconizada e reconhecida, sobretudo, pelos pensamentos de Sapir e Bloomfield deixa como uma de suas maiores heranças uma concepção antropológica da linguagem que, em linhas gerais, é a escolha de uma abordagem sincrônica, prática e abstrata da linguagem para se chegar a observações e descrições meticulosas das línguas particulares. Tratava-se de um estudo voltado à forma em que a questão do sentido não influenciava nos procedimentos de análise, mas se imbricava como arrimo da constituição da hipótese sobre o funcionamento da linguagem.

Enquanto que a significação linguística era definida como o resultado da resposta de um ouvinte, numa dada situação, a alguma forma linguística proferida pelo locutor, a noção de gramática de uma língua era compreendida como um sistema de arranjo (que incluía ordem, modulação, modificação e seleção) das formas linguísticas. É essa concepção que demonstra que o ponto

¹ Por ser de grande extensão, nos ateremos apenas ao formalismo descritivista, sobretudo aquele inaugurado pela clássica obra *Language* (1933) de Leonard Bloomfield.

de vista formalista tem em seu bojo uma preocupação fulcral com o funcionamento interno do sistema linguajero.

Entre inúmeros linguistas formalistas, o francês Gross abre um novo caminho ao propor uma descrição empírica do funcionamento sintático do léxico (estudo focado nos verbos) na língua francesa, o que resultou numa noção que veio a ser denominada de "léxico-gramática" cujo objetivo era o de associar critérios sintáticos e semânticos a fim de articular sentido e comportamento sintático. E apesar do sentido ainda permanecer do lado de fora do campo de análise, o estudioso admitia que o tratamento do sentido é possível a partir de sistemas léxico-sintáticos em curso de construção.

Quando Gross estipulou o princípio de que não existem dois verbos que possuam o mesmo comportamento distribucional, mas que são agrupáveis por analogias significativas de comportamento (PAVEAU & SAFARFATI, 2006), cremos que estava surgindo nesse contexto a admissão de um domínio (campo) semântico que dava suporte tanto à variação das línguas quanto à invariância da linguagem. Porém, não podemos deixar de registrar que tal assunção só veio tomar espaço consagrado no âmbito das discussões de linguística que coloca a produção (outra forte marca de uma gramática operatória) num espaço privilegiado, como as escolas de Antoine Culioli e de Michael Halliday.

A gramática funcional (e aqui incluímos tanto os trabalhos do Círculo de Praga, quanto os postulados de Halliday) é inerente ao movimento que enxerga a língua como uma estrutura e que, portanto, não estabelece uma linha divisória com o estruturalismo europeu, mesmo porque ela está mais próxima de um modo de pensamento sobre a linguagem do que de uma teoria em si. Trata-se de um olhar sobre a linguagem e sobre suas relações com a organização do mundo que faz a língua vigorar como um sistema de meios de expressão apropriados a um objetivo: a comunicação humana. O estabelecimento das relações entre as estruturas gramaticais e suas funções toma lugar de destaque e se posiciona de modo bem visível na organização interna da linguagem.

O pensamento funcionalista de André Martinet se compõe a partir de uma premissa descritiva clássica e que já foi mencionada acima: a intenção

clara e objetiva de desenvolver uma descrição correta da realidade dos fenômenos linguageiros. Em suas palavras:

“O termo funcional é empregado em seu sentido mais corrente e implica que os enunciados linguageiros são analisados em referência à maneira como eles contribuem para o processo de comunicação. A escolha do ponto de vista funcional deriva da convicção de que toda pesquisa científica se funda no estabelecimento de uma pertinência e que é essa pertinência comunicativa que melhor permite compreender a natureza e a dinâmica da linguagem. Todos os traços linguageiros serão, então, prioritariamente, apreendidos e classificados em referência ao papel que desempenham na comunicação da informação” (MARTINET, 1989, p. 53, apud PAVEAU & SARFATI, 2006, p. 135)

Assim, a tese central é a de que a forma está subordinada à função e que a linguagem é social e expressional graças às metafunções que estabelecem a interface que dá forma à gramática, seja ela a união entre a linguagem e o que está fora dela.

Após essa sucinta exposição de alguns pontos-chaves das gramáticas comparada, formalista e funcionalista, fica registrado que apesar dos pontos de toque e de choque (às vezes entre elas três, outras vezes, não) elas não se constituem como blocos monolíticos. Mathesius, fundador do ciclo de Praga reforça essa ideia:

“O progresso na pesquisa científica é sempre completado metade pela aplicação dos velhos métodos confrontados com materiais e com problemas novos, e metade pela pesquisa de novos métodos que permitem lançar uma nova luz sobre antigos problemas e extrair novas descobertas a partir de antigos materiais” (1983, p. 121 apud PAVEAU & SARFATI, 2006, p.117)

Se se pode falar em semântica do texto (e esse é o objeto por excelência da linguística) isso se dá graças a prolongamentos feitos a partir da semântica frasal e de modelos como o da gramática comparada que colocava as práticas sociais como determinantes.

Se se fala de uma linguística textual (e esse também é um dos focos da ciência da linguagem) é porque se teve que reexaminar mais profundamente a distinção entre esquema, norma e uso feita por Hjelmslev, que era um estruturalista de base.

Se, por um lado, costumou-se a entender o formalismo americano como aquele que deixou a linguagem de fora durante a descrição das línguas

naturais, por outro, teve-se que admitir que Bloomfield (1933), por exemplo, já via a necessidade de direcionar o estudo acerca da significação ao desvendamento do funcionamento da linguagem que, hoje, é uma angústia que movimenta toda linha funcionalista da gramática.

E, por fim, se conhecemos as estruturas dos sistemas linguísticos e como eles evoluíram (e ainda evoluem), isso se deu graças aos métodos comparativos.

No próximo item, tentaremos abordar, mais empiricamente, o espaço que esses pressupostos teóricos assumiram (quando assumiram) no trato da relação entre gramática e texto, que é o que se tem tentado fazer com maior esforço².

2 Em defesa da gramática operatória

Uma distinção que se costuma fazer em linguística é entre gramática descritiva e gramática prescritiva e das duas, foi a prescritiva a que forneceu a maior herança conceptual do que vem a ser gramática e que justifica o tom pejorativo desse termo. Como um dos focos desse trabalho é trazer algumas reflexões focadas na articulação entre gramática e texto (daí a noção de gramática operatória: estudo do funcionamento da linguagem apreendido através da diversidade das línguas naturais), tentaremos versar a fim de mostrarmos como essa relação se estabelece.

Primeiramente, devemos recordar que fazer gramática, numa visão que busca o processo (ou operação), é desvendar o funcionamento da linguagem e para tal, faz-se necessário refutar a ideia de que a língua tem regras fixas de aplicação e de que falar e escrever bem requer um conhecimento sistemático das entidades e definições gramaticais. Algo que também devemos considerar é que a língua é um tesouro cultural em constante e fundamental movimento e

² Aqui, é importante citarmos alguns nomes para que o que afirmamos não caia sobre achismos e generalizações indevidos. Quando nos referimos, nesse trabalho, à linguística que se vem fazendo hoje, estamos nos referindo à produção linguística no Brasil alicerçada, sobretudo, pelos trabalhos de Koch (1983, 2004), Neves (2003, 2006) e Possenti (1996).

que a gramática se imbrica nesse movimento, naturalmente, por meio do falante que se vale dessa plasticidade para organizar sua linguagem.

Prova disso é que há um amadurecimento ingênito e gradual dos falantes que se fazem hábeis a produzir e compreender textos (e aqui não estamos falando de excelência e erudição) sem o estudo formal de regras. Logo, somos dotados de uma capacidade inata de construir representações e referências que nos torna comunicáveis em qualquer situação de uso da língua de modo que essa competência é plenamente estendível à organização textual.

O que ocorre é que a gramática é adquirida à medida que se adquire a língua e isso culmina, inevitavelmente, numa interdependência fulcral: escolhas são feitas, situações são estabelecidas, operações com a linguagem se realizam e o processamento do texto (e do sentido) se dá.

Em verdade, há um jogo profícuo de restrições e escolhas que garante a articulação necessária entre a gramática e os atos comunicativos que equilibra o sistema e que sustenta a dinamicidade e adaptabilidade das línguas naturais.

A atividade linguística (seja ela a produção e a compreensão de textos) não é apenas um agenciamento da norma por meio da capacidade cognitiva, mas uma atividade que ativa e opera com um sistema que é adquirido anteriormente aos atos formais de ensino. E é essa atividade o grande arcabouço para se sistematizar, de forma inteligente, a gramática, pois, só o que é relevante na língua (por relevante entendemos o que gera significados) que se estabelece a real natureza da linguagem e o caráter sistemático das construções linguísticas.

A relação direta entre gramática e produção de textos reside na sistematização do saber linguístico com vistas à significação que implica tanto numa representação do mundo quanto numa ação pela linguagem.

Outrossim, gramática tem tudo a ver com a produção e compreensão do texto e ela (a gramática) está presente em todo ato verbal por ser o próprio princípio da organização e transformação da língua que gera o sentido e que torna os textos interpretáveis.

Mais que um manual prescritivo, a gramática é o próprio saber linguístico que todo falante possui e o texto é o resultado incontestável desse saber que é histórico, social e psicológico. Nesse sentido, a gramática é uma prática social

e é na sociedade que se constitui de modo que da sociedade se torna dependente por ser culturalmente vulnerável.

Na obra “Mas o que é mesmo gramática?” o professor Carlos Franchi (2006) considera que gramática não é restritiva e limitante e sim uma condição de criatividade nos processos comunicativos e complementa que ela tanto é um conjunto de processos e operações pelos quais o homem reflete e reproduz suas experiências no mundo com outros, podendo, inclusive adentrar ao mundo imaginário, quanto um sistema aberto a inúmeras escolhas que permitem modular o texto às intenções significativas do locutor.

Nesse viés, a aproximação entre gramática e texto assume uma importância pedagógica de base (e isso está nas diretrizes e parâmetros curriculares) por mostrar que o estudo da gramática por meio do texto anula práticas de segmentação, localização de categorias, classificações e nomenclaturas para apostar na intuição e na sensibilidade dos falantes.

Fazendo, ainda e rapidamente, uma associação com o campo do ensino, é válido dizer que a premissa de que a gramática da língua deve ser trabalhada como o estudo das condições linguísticas da significação corrobora e reafirma a aproximação entre gramática e texto, sobretudo se considerarmos uma definição de texto dos que trabalham com a linguística da produção como o linguista Culioli (2002) que afirma que se trata de uma sequência de representações resultante de operações realizadas por um sujeito, num dado tempo e num dado espaço, que juntas buscam constituir um sentido.

O que queremos dizer é que estamos esmiuçando uma concepção de língua que transcende a questão educacional e atinge a esfera sociopsicológica (que é o próprio diálogo entre o eu e outro). Assim, os contornos do que é da esfera educacional e o que é da esfera cultural são passíveis de intersecções e de trocas de conteúdos. Aliás, é assim que estabelecemos uma relação genuinamente interdisciplinar.

Do lado contrário, um posicionamento oligárquico seria aquele que compreendesse a produção textual como um processo mediado pelas regras gramaticais sem colocar o sujeito no cerne da discussão. Seria algo como desconsiderar o papel social do texto e regredir a produção textual a uma mera base de testes das estruturas das línguas, um espaço de experiências

que não levariam a qualquer melhoria no funcionamento da linguagem dos alunos.

A chamada abordagem textual da gramática (oriunda do advento da linguística textual na década de 80 do século passado) fala de uma gramática do texto em que estudo das estruturas sintáticas da língua abandona o velho modelo de análise sintática em que enunciados isolados e amorfos são o material de estudo. Daí uma das grandes contribuições da linguística textual ao estudo da língua: a inserção do contexto na análise linguística.

Fato é que o texto é um composto tanto intra quanto extralinguístico e que as representações linguísticas têm como esteio todas as percepções de ordem física e psicológica do homem. Nesse meandro, a gramática é o aporte que faz com que a experiência de mundo não culmine num texto demasiadamente mecanicista ou excessivamente caótico e incompreensível aos olhos do outro (ausência de referencialidade e de valor sociológico, por exemplo).

Luís Fernando Veríssimo bem fala de referencialidade na crônica *A palavra mágica* ao dizer que quem quer usar a palavra para transmitir um pensamento tem que fazer mágica sem truques e não transformar o lenço em pomba, mas usar o lenço para dar o recado. De forma análoga, é o que ocorre na relação entre gramática e texto, pois se texto é a matéria pela qual o pensamento é transmitido, a gramática é o que garante que o recado seja dado.

Não coincidentemente, esse excerto de Veríssimo nos remete ao núcleo do pensamento funcionalista da escola de Halliday que, resumida e repetidamente, é o de que a forma está subordinada à função. Apesar do termo "forma" ser susceptível à polêmica por não ter o mesmo sentido nas diversas correntes linguísticas, aqui, o entenderemos como a materialidade da língua (palavra, enunciado, texto) e o associaremos à noção de texto justamente para dizer que é a gramática que faz os contornos necessários ao redor de seus elementos constituintes (atribuindo-lhes, assim, uma função situacional e contextual) a fim de que se chegue ao sentido preterido.

Já em guiso de conclusão, retomaremos alguns pontos que melhor recobrem o recorte que propusemos no início do exposto: o da articulação entre texto e gramática.

O enfoque, nesta seção, foi abordar esses dois fenômenos linguísticos no âmbito de uma perspectiva dinâmica em que a linguagem é indeterminada (daí a articulação necessária entre texto e gramática para compreendermos o seu funcionamento). Com isso, remetemos o conceito de gramática ao de forma (o qual recobre o de sintaxe) e o conceito de texto ao de matéria (o qual recobre o de língua). Tanto matéria quanto forma encapsulam um conteúdo sócio-cultural que é posto numa teia significativa no ato da produção. Daí o porquê de falarmos que essa articulação reverbera uma linguística da produção por os signos e as categorias gramaticais não serem estáticos.

Em verdade, quando articulamos texto e gramática estamos admitindo que tanto um quanto o outro têm forma e conteúdo e ambos são resultantes de uma prática, seja ela uma interação verbal (foco no intralinguístico), seja ela uma interação com o mundo (foco no extralinguístico).

3 Funcionalismo e linguística do Texto: pontos em comum

Esta seção tem por objetivo trazer à tona uma breve reflexão de como uma gramática funcional (portanto, operatória) se constitui como porta de entrada para uma discussão verdadeiramente articulatória com a linguística do texto. Como pano de fundo, trazemos alguns apontamentos pautados em Neves (2003, 2006).

A linguista se alicerça na predicação para falar do que seria uma gramática funcional em que o texto (as unidades discursivo-interativas) é a base de análise. Logo, a busca pelos processos constitutivos do enunciado norteia-a em pensamentos que se dirigem ao papel da gramática na organização das relações, na construção das significações e nos efeitos pragmáticos que fazem do texto uma unidade discursiva funcional.

Nesse viés, a gramática que a autora defende é aquela que busca observar a concatenação e as regras textuais das proposições que os falantes

produzem para se comunicar. Nesse sentido, sintaxe e semântica se integrariam e se desenvolveriam nos contornos de uma teoria da pragmática. Em suas palavras:

“O equilíbrio instável e a fluidez de limites entre as entidades é, na verdade, o que o tratamento funcionalista coloca especialmente sob exame, na busca de entender como se obtém a comunicação com a linguagem, sempre implicados a necessidade e o desejo de sucesso na interação, ou seja, o cumprimento das metafunções da linguagem.” (Neves, 2006, p. 26-27)

Por a visão funcionalista da construção do sentido se operar no fazer do texto, alguns pontos de aproximação entre a gramática funcional e a linguística textual são inevitáveis. Em verdade, há um consenso entre essas duas correntes no tratamento dos processos constituintes do enunciado e nos processos que constroem a referenciação.

Referenciação, categorização, coesão referencial, distribucionalidade e topicalidade resumem os principais pontos de contato e de interesse de uma gramática funcional e de uma linguística direcionada ao texto, mesmo porque os estudos acerca da coesão textual têm grande aparato funcionalista, haja vista a premissa de Halliday (1995 apud NEVES 2006, p. 31) de que todo texto aparece num contexto de uso e que a linguagem se desenvolveu para satisfazer as necessidades do homem.

Assim, são inegáveis os pensamentos que falam de uma gramática que visa estudar o sistema linguístico em uso por uma comunidade de falantes (portanto, de uma gramática funcional e operatória) e de uma gramática que é explicável e que fala em significados reais (portanto, de uma gramática natural).

Uma visão funcionalista típica da gramática defende que seu estudo deva estar focado no funcionamento da linguagem por meio do uso linguístico (a fala) a fim de que se chegue aos resultados de sentido.

Tratar-se-á de um estudo voltado às condições de produção que coloca os interlocutores do ato linguístico num posicionamento central, pois é estudando o funcionamento da linguagem que nos imbricaremos nos processos que constituem os enunciados (os arranjos, a geração de sentido, etc.)

O enunciador (ou falante, ou produtor, ou emissor) tem uma intenção prévia para com seu interlocutor, tem uma noção (mesmo que mínima) de

como se constitui seu interlocutor e faz escolhas dentro do que o sistema permite. O co-enunciador (ou ouvinte, ou receptor) recebe e interpreta aquilo que foi expresso linguisticamente e tenta recuperar a intenção do enunciador por influência daquilo que ele conhece de quem produziu o enunciado e quanto mais a interpretação estiver próxima da intenção, maior será o sucesso da comunicação. Assim, falar e escrever bem é ser bem-sucedido na interação, seja ela formal ou informal; seja ela em relação simétrica ou assimétrica.

Por fim, uma ótica funcionalista (Neves 2003) da relação gramática-texto diria que: (i) o estudo da gramática é sinônimo de reflexão sobre o uso linguístico, (ii) a observação desse uso se coloca na interação, (iii) a produção de sentido é regida pela gramática.

Conclusão

Esse artigo pretendeu de demonstrar duas coisas principais:

(i) que a fragmentação linguística (apesar de historicamente comprovada e incentivada) nem sempre se fez de forma que não deixasse transbordar conceitos que contribuíssem, hoje, a essa articulação confortável e natural entre gramática e texto (daí falarmos de uma gramática operatória) que garante uma simetria mínima entre produção e representação linguísticas.

(ii) que apesar de ter havido, por vezes, uma separação entre língua e linguagem, entre estudos sincrônicos e estudos diacrônicos, o homem sempre se manteve no bojo das discussões, pois a fala é condicionante, exerce força motriz na ciência da linguagem e fornece a estabilidade relativa da língua. Relativa porque é ela que também altera a forma de elaboração e reposiciona a língua numa instabilidade igualmente relativa.

Contanto, após o exposto esperamos ter apresentado minimamente tanto a articulação (por vezes sensível e tênue) entre postulados linguísticos, quanto a noção de uma gramática operatória, a qual abre espaço para o processo subjacente e anterior à cristalização dos produtos por trabalhar com a língua em funcionamento (daí também podermos falar de uma gramática da produção).

Assim, a relação entre forma (gramática) e sentido (texto) resulta de mecanismos em que a fala é a própria materialização desse processo.

Referências

- BLOOMFIELD, Leonard. (1935). *Language*. London: George Allen & Unwin Ltd.
- CULIOLI, Antoine. (2002). *Variations sur la linguistique*. Paris: Klincksieck.
- FRANCHI, Carlos. (2006). *Mas o que é mesmo gramática?* São Paulo: Parábola.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça ; FÁVERO, Leonor. (1983) *Linguística Textual: Introdução*. São Paulo: Cortez.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. (2004). *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- NEVES, Maria Helena de Moura. (2003). *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto.
- NEVES, Maria Helena de Moura. (2006) *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto.
- PAVEAU, Marie-Anne.; SARFATI, Georges-Élia. (2006). *As grandes teorias da linguística*. São Carlos: Clara Luz.
- POSSENTI, Sírio. (1996). Por que (não) ensinar gramática na escola. Mercado de Letras.